

Artes, Direitos e Cidades

REDE DE INTRIGAS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO REACIONÁRIO MIDIÁTICO À LUZ DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO¹

REDE DE INTRIGAS: AN ANALYSIS OF REACTIONARY MEDIA DISCOURSE IN THE LIGHT OF ARGUMENTATION THEORY

Adriele de Lima Silva²

Rita de Cássia B. Moura³

RESUMO: Em um cenário brasileiro de crise democrática e intensa polarização política, é necessário analisar o impacto do poderio dos discursos persuasivos da mídia, os quais manipulam e influenciam nas formas de manifestação política da sociedade. Durante as eleições de 2018 e 2022, a população Brasileira viu-se em meio a um processo de disseminação de falsas informações que buscavam se passar por verdadeiras para atrair e persuadir públicos específicos. Nessa senda, a Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman exemplifica a importância da retórica na adesão do público às teses apresentadas. O orador adapta sua mensagem ao auditório para garantir um discurso convincente e persuasivo, gerando aderência política e transformando os telespectadores em eleitores. O presente artigo é fruto das discussões no Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (Lapefida/UNEB/CNPq), buscando exemplificar o cenário vivido pelos brasileiros, será utilizado como objeto de estudo o filme *Rede de Intrigas* (1976), no qual o personagem Howard Beale constrói uma narrativa reacionária que ressoa com os telespectadores. Compreende-se, então, como a mídia pode manipular um discurso inflamado para influenciar uma população descontente historicamente e que passou por políticas extremistas, manifestadas por diferentes discursos.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; liberdade de imprensa; análise do discurso; teoria da argumentação; conservadorismo, política.

ABSTRACT: In a Brazilian scenario of democratic crisis and intense political polarization, it is necessary to analyse the impact of the power of persuasive media discourses, which manipulate and influence society's political manifestations. During the 2018 and 2022 elections, the Brazilian population

¹ Pesquisa vinculada ao Laboratório de Pesquisa em Filosofia, Direito e Audiovisual (LAPEFIDA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XX - Brumado/BA.

² Graduanda em Direito pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB Campus XX. Brumado, BA, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3097857426750821>. E-mail: adrielelimasilva1999@gmail.com

³ Graduada em Direito pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB Campus XX. Brumado, BA, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7522115810177623>. E-mail: ritabonfim17@gmail.com

Artes, Direitos e Cidades

found itself in the midst of a process of disseminating false information that sought to pass itself off as true in order to attract and persuade specific audiences. In this sense, Chaïm Perelman's Theory of Argumentation exemplifies the importance of rhetoric in the public's adherence to the theses presented. The speaker adapts his message to the audience to ensure a convincing and persuasive speech, generating political adherence and turning viewers into voters. This article is the result of discussions at the Philosophy, Law and Audiovisual Research Laboratory (Lapefida/UNEB/CNPq). In order to exemplify the scenario experienced by Brazilians, the film *Network of Intrigues* (1976) will be used as the object of study, in which the character Howard Beale constructs a reactionary narrative that resonates with viewers. It is then understood how the media can manipulate an inflammatory discourse to influence a historically discontented population that has experienced extremist policies, manifested in different discourses.

KEYWORDS: media; freedom of the press; discourse analysis; argumentation theory; conservatism; politics.

1. INTRODUÇÃO

A arte de discursar precede todo grande movimento social. Foram grandes oradores os responsáveis por construir de templos a democracias inteiras. Além do discurso ter um papel de extrema importância em movimentar e fazer a história ser escrita, ele também é objeto de estudo por aqueles que não só os propagam, como reconhecem seu impacto. A retórica surge com os sofistas no século V antes de Cristo, permitindo a persuasão através da sustentação oral, assim como a Nova Retórica, contudo, sem que haja coação. Os sofistas eram mestres da retórica e viajavam de cidade em cidade ensinando a arte da persuasão e do discurso público.

Nesse sentido, os sofistas acreditavam que a verdade era relativa e que a habilidade de persuadir era mais importante do que a busca pela verdade absoluta. A retórica sofista era caracterizada pelo uso de técnicas persuasivas, como o uso de argumentos emocionais e a manipulação da linguagem para convencer o público de determinada posição ou argumento (Lima, 2011). Aristóteles tinha uma visão crítica em relação à retórica sofista; à medida que reconhecia a habilidade dos sofistas em persuadir e argumentar, acreditava que eles usavam essas técnicas de forma manipulativa e sem se preocupar com a busca pela verdade. Em sua obra *A Retórica*, ele diferencia a retórica sofista da retórica legítima, a qual considerava uma arte nobre e útil para a sociedade.

Aristóteles via a retórica sofista como uma prática que se baseia em argumentos falaciosos e na manipulação das emoções do público, criticava a falta de ética dos sofistas, que estavam mais interessados em vencer debates e convencer a qualquer custo, em vez de buscar

Artes, Direitos e Cidades

a verdade e promover o bem comum. Nesse sentido, o filósofo defendia uma abordagem mais ética e fundamentada na lógica para a retórica. Acreditava que a retórica legítima deveria ser baseada em argumentos sólidos, na busca pela verdade e no desenvolvimento da capacidade de persuasão de forma ética e responsável (Lima, 2011).

Dessa forma, para Aristóteles, a técnica sofista não era eficiente, já que eles se mantinham fiéis ao significado puro do mecanismo retórico. Assim, escreveu um livro no qual sistematizou o estudo da Retórica e a definia como importante elemento para a Filosofia, colocando-a no mesmo patamar da Lógica e da Dialética. Na década de 1950, Chaim Perelman ressurge com as ideias de Aristóteles, indo além, assim como seu precursor, acrescentando o juízo de valor aos argumentos e trazendo os moldes da Nova Retórica. Assim, esta, tão utilizada por Aristóteles ao passar os ensinamentos filosóficos para seus pupilos na Grécia Antiga, não apenas continua ativa, mas também serviu de inspiração para Perelman, assim como é base que mantém os discursos político-midiáticos inflamados.

Sob esta linha, o objetivo central é compreender de que forma a ordem político-democrática brasileira foi impactada através do discurso midiático. Dessa forma, o trabalho pretendeu alcançar os seguintes objetivos específicos: 1) estabelecer um estudo acerca da teoria da análise do discurso de Chaim Perelman; 2) discorrer sobre a relação entre a obra fílmica e a mídia brasileira; e 3) evidenciar o impacto do poderio dos discursos persuasivos da mídia, os quais manipulam e influenciam nas formas de manifestação política da sociedade. Para o alcance dos objetivos propostos, adotou-se a metodologia de abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica consistente na apreciação de livros e artigos científicos, tendo como método o hipotético-dedutivo, analisando as principais obras de Chaim Perelman, Lucie Olbrechts-Tyteca, Luis Felipe Miguel e Navarro.

Para além disso, na seara midiática, e conseqüentemente política, um discurso, quando bem articulado, é capaz de alcançar uma parte essencial da vida de um ser democrático: a adesão pela adoração. Sendo assim, é seguindo ou não tais preceitos, obedecendo ou não a figura da mídia que proferiu o discurso, que os rumos políticos de uma democracia como a brasileira passam a ser delimitados.

Artes, Direitos e Cidades

2. TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DE CHAIM PERELMAN: ORADOR, AUDITÓRIO E PERSUASÃO

Dando início à análise da teoria dos discursos para Chaim Perelman (1958), o estudo será feito através de analogias entre como o auditório (sociedade) recebe a mensagem dos oradores (figuras midiáticas) e de que forma irá perpetuá-las. Dessa maneira, após ouvir a mensagem, o público receptor repassa-a de uma outra forma e quem a recebe será impactado de uma terceira maneira. Tudo isso está envolto na ideia de persuasão, assim como citado na visão perelmaniana, que será explanada a seguir.

No contexto em questão, a teoria de Perelman pode ser aplicada à análise dos discursos midiático-políticos reacionários no Brasil. Os telespectadores recebem esses discursos dos apresentadores e/ou jornalistas, ou de personalidades midiáticas extremistas, carregados de senso comum, que são adaptados para que haja adesão ao movimento político proposto. Perelman utilizava como base a Retórica Aristotélica, expandindo seu conceito de persuasão: “Prologando e desenvolvendo a definição de Aristóteles, diremos que seu objeto é o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou a aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas seu assentimento” (Perelman, 2004, p. 141).

Proeminente filósofo, em seu livro *Tratado da Argumentação: A nova retórica* (1966), Perelman, ao lado de Lucie Olbrechts-tyteca, cunhou o termo “auditório” para definir as pessoas a que são destinadas os discursos que serão usados pelo orador, o qual pretende convencer e/ou persuadi-las por meio deles. Para Perelman, o auditório desempenha um papel muito importante, pois o orador irá se basear nele para construir seu discurso, utilizando de suas origens sociológicas ou psicológicas. Nesse sentido, segundo Navarro

Importante salientar que, da mesma forma que um indivíduo pode mudar de opinião com o passar do tempo ou o advento de certas circunstâncias, também um auditório pode mudar suas convicções iniciais, fato que jamais poderia ser desconsiderado por um orador que vise fazer uma argumentação de modo eficaz. Isso pode ser exemplificado com o caso de um político, que após muitos anos na oposição, passa a ser membro do governo. As novas funções e o novo enfoque desse ouvinte, em particular, mudam conforme se altera sua personalidade. Assim sendo, os argumentos que antes poderiam convencê-lo de algo, podem perfeitamente passar a ser inócuos. (Navarro, 2011, p. 06).

Desse modo, o auditório que espera a figura midiática, a qual está naquele púlpito para proferir a verdade, possui a imagem e fala de um salvador. E é com essa imagem e adoração

Artes, Direitos e Cidades

conquistada que o discurso ganha uma roupagem além da articulação religiosa, quando usado para fins de ascensão de ideais reacionários. É por meio da observação das características do seu público, que o orador irá conseguir definir que tipo de discurso deve ser utilizado e como ele deverá ser proferido.

Para mais, o segundo significado definido por Perelman é o de adesão. Conforme o autor, existe ainda o fato de que, para que um orador consiga reter a atenção de seus ouvintes, de forma a poder ser ouvido e, conseqüentemente, desenvolver a argumentação, é necessária alguma qualidade (Perelman, 1996). Ou seja, o orador deve conseguir exprimir suas ideias com certa habilidade, visando sempre o auditório e sua resposta. Para isso, o orador deve utilizar estratégias retóricas, como as figuras de linguagem, exemplos persuasivos e recursos emocionais, a fim de tornar sua mensagem mais persuasiva e eficaz. Perelman enfatiza que a transmissão da mensagem não se limita apenas ao conteúdo lógico dos argumentos, mas também inclui aspectos emocionais e psicológicos.

Nesse sentido, o orador deve ser capaz de captar a atenção e o interesse do auditório, estabelecendo uma conexão emocional e criando uma atmosfera favorável à aceitação de sua argumentação. Em suma, para Perelman, a transmissão da mensagem na argumentação é um processo complexo que envolve a adaptação da mensagem ao auditório, o uso de estratégias retóricas e a criação de uma conexão emocional com os ouvintes para influenciá-los e persuadi-los, como citado anteriormente (Navarro, 2011).

Ao ressaltar a ideia de adesão, Perelman relata em seu livro que, para o orador conseguir proferir uma argumentação eficaz, deve conhecer aqueles que pretende conquistar. Assim, se esse auditório possuir características heterogêneas (nesse momento, une-se o significado de adesão ao auditório), deve utilizar de diversos argumentos para que seu discurso se adapte ao auditório ao qual é destinado, pois um bom orador conhece os elementos necessários para se condicionar o discurso ao seu público (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1958). Em síntese, “O auditório presumido é sempre uma noção de certa forma sistematizada, já que o orador pode pesquisar suas origens sociológicas ou psicológicas” (Perelman, 1996, p. 22).

Percebe-se como o discurso proporcionado pelo reacionarismo das figuras midiáticas, com foco político, que tem por alvo criticar leis, o processo de eleição brasileiro ou outros tópicos populares de senso comum, sempre retomam a ideia de desvirtude por parte da

Artes, Direitos e Cidades

oposição. Dessa forma, cria-se um efeito dominó, com mais pessoas acreditando nesses personagens e menos no funcionamento do estado democrático. “Excluímos da retórica tanto a violência como a carícia, mas é difícil eliminar-lhe a ameaça e a promessa, pois estas se servem da linguagem para ganhar adesão” (Perelman, 2004).

Nesse sentido, Perelman (1996, p. 23) argumenta que cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem que se adaptar a ele. Por isso, a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira é, em larga medida, desses próprios discursos, que muitos se julgam autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas.

Já o terceiro aspecto, conforme a visão Perelmaniana, é a transmissão da mensagem repassada, o impacto que ela produz após ser dita. Durante esse processo, de forma detalhada, a mensagem pode ser reinterpretada, adaptada ou amplificada, à medida em que é compartilhada de pessoa para pessoa. A transmissão da mensagem envolve a forma como o orador apresenta seus argumentos e como eles são recebidos pelo auditório. Nessa perspectiva, entende-se que o orador e o auditório são elementos de profunda ligação, em que um depende do outro para se construir uma boa argumentação, e se não houver essa ligação, a argumentação será considerada repulsiva. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1958, p. 140).

Dessa maneira, Perelman examina o impacto da mensagem no auditório, referindo-se em como a mensagem afeta as pessoas que a ouvem e como ela pode influenciar seu pensamento, comportamento ou opiniões. É importante adaptar a mensagem de acordo com essas características; dessa forma, a mensagem também deve ser heterogênea como o auditório, com foco em utilizar estratégias retóricas e argumentativas que sejam relevantes e convincentes para o público-alvo, como supracitado.

Além disso, o orador deve ser capaz de despertar emoções e criar uma conexão emocional com o auditório, para que a crença ultrapasse a fala e atinja os princípios do seu público. Isso pode ser feito por meio do uso de histórias pessoais, exemplos concretos, recursos retóricos e apelos emocionais que ressoem com as experiências e sentimentos dos ouvintes. O impacto da mensagem no auditório também pode ser influenciado pela credibilidade e

Artes, Direitos e Cidades

autoridade do orador, bem como pela forma como a mensagem é apresentada, incluindo a linguagem utilizada, o tom de voz, a postura e a expressão facial (Navarro, 2011).

O autor ressalta ainda que a forma como uma mensagem é recebida, transmitida e interpretada pelo público desempenha um papel crucial na avaliação da eficácia de um discurso, tendo o apoio do auditório, como citado anteriormente. A retórica é o caminho, e a persuasão do auditório, o fim. Assim, “[...] a retórica procura persuadir por meio do discurso” (Perelman, 2004, p. 142). Nesse sentido, Perelman (2004, p. 142) afirma que “a noção de auditório é central na retórica. Pois um discurso só pode ser eficaz se é adaptado ao auditório que se quer persuadir ou convencer”.

Nesse trecho, Perelman utiliza o maior objeto de estudo do presente trabalho: a forma com que os oradores midiáticos se portam para que consigam a maior adesão dos seus ideais. Ao fazer-se a analogia, substituindo todos esses supracitados elementos por telespectadores e eleitores, nota-se de que forma irão agir os locutores para conseguirem adesão do auditório. E para que haja a adesão do auditório (telespectadores), é necessário o interesse (adoração) em ouvir o locutor (figura midiática). Ademais, a teoria de Perelman também abarca a definição de um auditório político ao explicar o comportamento de um auditório diversificado, e como este se porta. Segundo o autor,

Ocorre também, que o mesmo discurso possa dirigir-se simultaneamente diversos auditórios; o orador pode, em um discurso no Parlamento, subdividir seu auditório em tantos elementos quantos forem os partidos políticos, pode procurar ganhar para a sua causa a opinião pública nacional ou internacional, que não reagiriam a mesma forma a cada um de seus argumentos (Perelman, 2004, p. 144).

Não obstante, como foi explicitado, a adesão é fruto de quando a mensagem é repassada para o público que aceita ouvir, e conseqüentemente passa a ser persuadido, de modo que pode ser ainda, propagador de tal mensagem. Perelman sustenta que os valores são o fundamento de toda argumentação, de modo que são indispensáveis até mesmo no campo da investigação dos saberes (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1958, p. 99). Nesse sentido, observa-se que “É por esse motivo, aliás, que certos discursos, como os elogios fúnebres, as cerimônias patrióticas e religiosas, as comemorações de toda espécie, são tão importantes para fortalecer a adesão aos valores que poderiam ser postos à prova em outras ocasiões.” (Perelman, 2004, p. 146).

Artes, Direitos e Cidades

Por fim, o quarto aspecto, a persuasão, é profundamente influente e se distingue por sua ênfase na retórica, adaptabilidade ao público e considerações éticas, um resumo do caminho que é feito pelo orador para que o público o siga. Para Perelman (2004), persuadir não se resume à aplicação de argumentos lógicos ou à apresentação de provas irrefutáveis. Em vez disso, ele defende a ideia de que a persuasão eficaz depende da capacidade de construir argumentos que ressoem com o público-alvo, levando em conta suas crenças, valores e contexto específico, como dito anteriormente. O autor enfatiza que a persuasão não é apenas uma questão de convencer indivíduos, mas também de influenciar a opinião pública em grande escala. Ele acreditava que a argumentação persuasiva poderia moldar a opinião pública e influenciar decisões políticas e sociais (Navarro, 2011, p. 14-16).

Nesta seara, compreende-se que a ética da persuasão também era uma preocupação importante para Perelman. O autor defendia que a persuasão não deveria ser usada de maneira manipulativa ou enganosa, mas sim para promover o entendimento e a comunicação entre as pessoas. Seu trabalho valoriza a ética, a retórica e a adaptação ao público como elementos fundamentais da persuasão eficaz, destacando a importância de respeitar a diversidade de perspectivas na sociedade (Navarro, 2011, p. 14-16).

Isto posto, o presente trabalho buscou analisar e delinear a teoria da argumentação, conforme os estudos de Chaim Perelman, bem como trouxe em voga seus principais conceitos, quais sejam, o de orador, auditório, adesão e persuasão. Nesse sentido, a fim de aplicar o que foi explicitado até aqui, de modo que se compreenda o poder do discurso midiático sobre a população, faz-se necessário buscar uma intersecção entre a teoria supracitada e uma importante obra cinematográfica da década de 1970, o filme *Rede de Intrigas* (1976).

3. O CINEMA E O PODER DO DISCURSO MIDIÁTICO EM *REDE DE INTRIGAS* (1976)

O cinema surgiu no ano de 1895, revolucionando o mundo das artes, com a primeira exibição de um filme, a qual foi realizada pelos irmãos Louis e Auguste Lumière, em um café francês, na cidade de Paris. A obra, em verdade, é um curta-metragem de 45 segundos e é chamada de *Sortie de L'usine Lumière à Lyon* (Empregados deixando a Fábrica Lumière). A partir de então, o cinema evoluiu até se tornar o que é conhecido atualmente como uma das principais formas de manifestação artística, e em 1911, com a publicação do Manifesto das sete

Artes, Direitos e Cidades

artes, de Ricciotto Canudo, passou a ser considerado a Sétima Arte. Para Canudo (1911), “Por ser uma arte do espaço e do tempo, o cinema seria a grande síntese de todas, a sétima arte, pois parte de uma imagem projetada em uma superfície, como a pintura ou a fotografia, mas envolve o movimento, relacionando-se ao ritmo, ao tempo.”

Compreende-se que o cinema, tamanha a sua importância no mundo hodierno, não deve ser analisado apenas a partir de uma perspectiva técnica, ou apenas como uma forma de representação da realidade, mas sim como a própria realidade. Ao assistir um filme, o espectador tem uma verdadeira “experiência”, ao ser imerso, de maneira íntima, em uma narrativa que pode transmitir diferentes mensagens, como histórias pessoais, momentos históricos marcantes, histórias fictícias desprendidas de uma construção realista e até mesmo a perspectiva humana acerca de um futuro que ainda está por vir.

Por este ângulo, uma obra cinematográfica, por meio de elementos como a iluminação, a sonoridade, a fotografia, o jogo de câmera, bem como a própria narrativa, podem ser utilizadas para denunciar um problema filosófico experienciado pelos espectadores. Estes recursos técnicos, quando bem utilizados, podem ser capazes de produzir um impacto naquele que está assistindo, por meio de mecanismos que são, ao mesmo tempo, racionais e afetivos. Assistir um filme e observar seus recursos visuais e sonoros é também entender a problemática social a qual ele abrange. Nessa lógica, Júlio Cabrera (2005), afirma:

Em geral, costumamos dizer a nossos alunos que, para se apropriar de um problema filosófico, não é suficiente entendê-lo: também é preciso vivê-lo, senti-lo na pele, dramatizá-lo, sofrê-lo, padecê-lo, sentir-se ameaçado por ele, sentir que nossas bases habituais de sustentação são afetadas radicalmente. Se não for assim, mesmo quando “entendemos” plenamente o enunciado objetivo do problema, não teremos nos apropriado dele e não teremos realmente entendido. (Cabrera, 2005, p. 7).

E é nesse sentido que o presente artigo busca analisar a problemática elucidada em *Rede de Intrigas* (1976). A década de 1970 foi marcada por intensas críticas sociais aos acontecimentos que seguiram a tumultuada década anterior. Com a Guerra do Vietnã, o escândalo de Watergate, a estagnação econômica e a crise do petróleo, os americanos enfrentaram diversos conflitos políticos e sociológicos, levando a indústria cinematográfica a se tornar um meio de expressão para os dilemas vivenciados pelos cidadãos. Um exemplo desse contexto é o filme *Rede de Intrigas*, dirigido por Sidney Lumet e escrito por Paddy Chayefsky.

Artes, Direitos e Cidades

A produção critica os bastidores dos programas de televisão e seu foco excessivo no discurso reacionário e inflamado, questionando como o telespectador, muitas vezes alienado, não percebe as nuances da manipulação.

A trama se inicia com a demissão do âncora de TV, Howard Beale (interpretado por Peter Finch), devido à baixa audiência de seu programa. Seu amigo Max Schumacher (interpretado por William Holden) sugere, durante um encontro, que Beale anuncie ao vivo que cometerá suicídio, como uma maneira de chamar a atenção. Surpreendentemente, a audiência aumenta exponencialmente após o anúncio, levando Beale a ser readmitido e a ter seu próprio programa, no qual passa a ser conhecido como "O Profeta Louco". Nesse sentido, a obra fílmica expõe, de forma satírica, a manipulação dos meios de comunicação e sua relação com o sensacionalismo, destacando como esses discursos podem se tornar descontrolados e produzir efeitos na sociedade.

Com dez indicações ao Oscar, sendo vencedor em quatro destas - Melhor Ator (Peter Finch), Melhor Atriz (Faye Dunaway), Melhor Atriz Coadjuvante (Beatrice Straight) e Melhor Roteiro Original (Paddy Chayefsky) -, *Rede de Intrigas* (1976) entrega uma narrativa a frente do seu tempo, capaz de demonstrar o poder da mídia sobre a opinião pública. O roteiro permite a construção e o desenvolvimento de personagens marcantes e profundos, como Frank Hackett (interpretado por Robert Duvall) e Diana Christensen (interpretada por Faye Dunaway), a qual ganha protagonismo à medida que a trama avança, traçando manobras inimagináveis para manter a audiência conquistada por Beale.

Em relação à montagem, a qual foi realizada por Alan Heim, nota-se uma grande habilidade por parte do editor em transmitir ao espectador a mensagem desejada; notadamente quando se percebe a intenção em brincar com elementos comumente utilizados na linguagem televisiva - ao passo que faz uma crítica justamente aos programas televisivos sensacionalistas -, ao empregar a função metalinguística de forma proposital, no intuito de enriquecer o filme e prender a atenção do espectador. A inclusão de uma narração estilo documental, sobretudo no início do longa, contribuiu para manter um ritmo dinâmico ao longo da narrativa, assim como a trilha sonora feita por Elliot Lawrence.

Por este ângulo, os aspectos técnicos do filme, como a direção de arte e a montagem, são habilmente conduzidos, de maneira que contribuem para a construção da atmosfera e dos

Artes, Direitos e Cidades

personagens. Os diálogos maduros e a trama bem desenvolvida também são pontos fortes, destacando a qualidade do roteiro e a interpretação dos atores. Nesse sentido, o filme se demonstra atual, mesmo após 46 anos de lançamento, ao mostrar a elevação da importância que um discurso provocativo e polêmico exerce em uma população insatisfeita com a conjuntura do país à época, tornando-a facilmente alienável.

Para além dos aspectos técnicos, no tocante ao enredo, o personagem Howard Beale se apresenta como um verdadeiro orador e atrai todas as atenções para o que viria a ser uma sólida base de fãs que acreditam e seguem fielmente os discursos proferidos por ele. A figura profética de Beale passa a ser utilizada, em um frágil momento na história dos Estados Unidos, para promover discursos que geram revolta na população. Percebe-se um cenário parecido na mídia brasileira, que se aproveita da inconstância política que acomete o país - sobretudo, após o ano de 2013 -, para profetizar sobre a revolta perante as instituições, aos poderes e para com a população como um todo.

Dessa forma, ao fazer um paralelo entre a filosofia do longa e o que prega a deturpação midiática, tem-se na figura do personagem Howard Beale a explicação do porque a persuasão é mais importante para esse grupo do que a dita verdade. Assim, a mídia brasileira (o orador), assumiu a mesma postura, ao se preocupar com a persuasão das massas, no intuito de conseguir a adesão da população brasileira (o auditório) ao discurso exacerbado. Nesse sentido, a mensagem foi transmitida por meio de um discurso, por muitas vezes, falacioso, em prejuízo do conhecimento substancial, priorizando a habilidade de manipulação midiática em detrimento da verdade.

Sob este espectro, a mídia coloca o espectador como o centro, o foco da sua manipulação, levando-o a acreditar que está seguindo seu próprio pensamento. Porém, como elucidado acima, a ideia de liberdade ao absorver a persuasão midiática leva à deturpação da veracidade daquilo que é consumido. Nesse sentido, sob o ideal de neutralidade, a mídia se coloca como portadora de informações verdadeiras e confiáveis, ao passo que leva ao público informações escolhidas a dedo, no intuito de exercer, cada vez mais, sua influência no âmbito político e conduzir a nação aos moldes por ela desejados. Sob tal espectro, o jornalismo brasileiro

Artes, Direitos e Cidades

[...]tem migrado seus discursos, de um jornalismo de padrão dito catch-all, baseado em uma audiência ampla e de discurso mais generalista e “objetivo”, para um jornalismo politicamente mais ativo, de conteúdo ideologicamente engajado e enviesado, capaz de atingir públicos específicos e bem delimitados. Em um contexto de forte radicalização e polarização política, como tem vivenciado o país recentemente, esta parece ser uma clara estratégia para que muitas empresas jornalísticas potencializem o seu campo de atuação, reconfigurando-se sob um cenário mercadológico também em transformação. (Dias, 2019, p. 489)

Isto posto, para além de uma análise técnica cinematográfica, o filme *Rede de Intrigas* (1976), apesar de trazer uma narrativa que foi interpretada como “exagerada” à época de seu lançamento, não falha em transmitir a capacidade de utilização, pela mídia, de um discurso que é eficaz em manipular toda uma população. Por esse ângulo, resgata-se a perspectiva do cenário de crise político-democrática brasileira, em que se evidencia uma frequente atuação da indústria midiática na construção de uma política extremamente polarizada e caracterizada por uma disputa de ideologias dicotômicas que se enfrentam.

4. O PROTAGONISMO DO DISCURSO MIDIÁTICO NA ORDEM POLÍTICO-DEMOCRÁTICA BRASILEIRA: DA REDEMOCRATIZAÇÃO ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

É evidente que as eleições presidenciais do ano de 2022, bem como as de 2018, foram marcadas por uma intensa disputa ideológica, a qual denota o cenário de extrema polarização política em que o país se encontrava - e ainda se encontra - à época. No entanto, apesar de se demonstrar mais claramente nestes dois períodos, tal fenômeno não ocorreu repentinamente e de um instante a outro. Percebe-se que vários acontecimentos na história política do Brasil e principalmente a forma como estes foram veiculados, exerceram forte influência para a construção deste cenário. Dessa forma, é necessário realizar uma análise da atuação midiática ante tais situações, a fim de compreender a sua relação com a crise na política e na democracia brasileira.

A Constituição Federal de 1988 é o texto político responsável por restabelecer a democracia brasileira após vinte anos de um período ditatorial marcado por uma intensa perseguição política e censura à imprensa e à mídia como um todo. Com a promulgação da carta magna, a liberdade de imprensa passou a figurar então como garantia fundamental, decorrente do direito à informação. A partir de então, a indústria da comunicação e da

Artes, Direitos e Cidades

informação se consolidou fortemente, e os veículos midiáticos passaram a exercer cada vez mais influência em diversos âmbitos da vida da população, e com o campo político não foi diferente.

Dessa forma, sob a ótica e os ideais de imparcialidade, objetividade e neutralidade, o jornalismo, apesar de não ser o único, tornou-se o principal influenciador midiático na vida política da sociedade brasileira, à medida que se estabeleceu como um agente neutro que funciona como um canal de divulgação de fatos e informações confiáveis ao público. Para Albuquerque (2000), o jornalismo é uma espécie de “poder moderador”, o qual exerce a função de fiscalização e controle sob os demais poderes, em prol do bem da população. Nesse sentido,

Em relação ao sistema político, o discurso ostensivo do jornalismo é a posição de cão de guarda, desvelando as ações dos funcionários do Estado e permitindo que a cidadania os julgue. De acordo com a expressão convencional, ele seria o “quarto poder”, cuja função é controlar os outros três – o que converge com a outra metáfora, já que a forma específica deste controle é dar publicidade aos atos dos governantes, de maneira que o público esteja capacitado a fornecer seu veredito. O jornalismo seria o principal mecanismo para permitir a *accountability* do sistema político. (Miguel, 2019, p. 120-121)

Não obstante, para se chegar ao cenário atual, em que se percebe uma intensa disputa ideológica, o país enfrentou diversas situações, as quais contaram com um jogo de manipulação midiática - sobretudo, por parte das mídias tradicionais - que contribuiu para a construção de uma política polarizada que prevalece hodiernamente. Dessa forma, para entender os efeitos dessa contribuição, é necessário retornar a um passado não tão distante na história do país - o período de redemocratização após vinte anos de ditadura militar.

Para Feres Júnior e Gagliardi (2019), o antipetismo é propagado pela imprensa muito antes da gênese da Nova Direita e seus ideais conservadores. Os autores trazem como acontecimento marcante, o contexto das eleições presidenciais de 1989 - a primeira pós ditadura -, mais precisamente o debate que ocorreu entre os candidatos, em que a edição do Jornal Nacional prejudicava Lula e favorecia Collor. Esta foi apenas a primeira de muitas situações em que a imprensa teve comportamentos antipetistas e o cenário viria a se repetir em cada uma das vezes que o Partido dos Trabalhadores disputava a presidência do país na figura de Lula.

Ainda segundo os autores supracitados, as eleições de 2002 foram uma exceção no que diz respeito ao comportamento da mídia em relação ao partido e a Lula, de modo que a sua

Artes, Direitos e Cidades

campanha foi amplamente veiculada pela TV Globo - principal veículo midiático à época -, a qual promoveu debates e tempo de cobertura igualitário para os candidatos. No entanto, esse comportamento não permaneceu por muito tempo e durou apenas até o fim do primeiro mandato de Lula.

Em 2005, a grande mídia brasileira encontrou outra maneira de perpetuar o discurso antipetista, culpabilizando, antes mesmo de qualquer julgamento, integrantes do partido pelo escândalo de corrupção do Mensalão. Entende-se que aqui se dá o início do discurso de que o Brasil é o país da corrupção, o qual se tornou ainda mais inflamado pela Operação Lava Jato. Conforme os autores mencionados, até mesmo o nome “Mensalão” foi uma criação puramente midiática. Nesse sentido, as eleições de 2006 foram marcadas pelos efeitos do escândalo do ano anterior e, apesar de a mídia ter se voltado novamente contra o PT, Lula conseguiu se reeleger.

Posteriormente, no ano de 2010, mesmo com o PT se reelegendo, já se percebe uma intensa polarização entre a candidata Dilma Rousseff e José Serra, do PSDB. Esse período foi marcado pela intensa publicidade de escândalos políticos dos dois lados, mas ainda assim, bastante favoráveis ao candidato do PSDB, em um contexto no qual Dilma já era frequentemente desacreditada e ridicularizada pela população nas redes sociais, por meio de discursos sexistas e misóginos.

O primeiro mandato de Dilma ficou então marcado pelas Jornadas de Junho de 2013, que se iniciaram como manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público. De início, a mídia se posicionou contra os protestos, e os manifestantes até mesmo foram taxados de vândalos, mas com a virada do posicionamento midiático, as manifestações passaram a tomar outros rumos. Pautas de viés conservador passaram a ser objetos de manifestação, como por exemplo, a redução da maioria penal e o movimento contra o aborto, bem como surgiram movimentações contra a então presidente, Dilma Rousseff, e a favor da luta anticorrupção. Nesse sentido, segundo o historiador Lincoln Secco, da Universidade de São Paulo (USP), em entrevista para o site *Le Monde Diplomatique Brasil*,

Os protestos começaram com uma pauta única, embora de enorme abrangência social: as tarifas de transporte público. Depois da repressão policial em São Paulo, o movimento atingiu o ápice entre 17 e 20 de junho. Foram esses os dias cruciais, pois o motivo inicial das mobilizações foi ultrapassado por uma agenda ampla ditada pela grande imprensa. Como isso se deu? Não foi somente a ação de pequenos grupos nas redes sociais. O fato

Artes, Direitos e Cidades

é que nos últimos dez anos a grande imprensa martela diariamente parte dos slogans que agora aparecem nas ruas: condenação seletiva da corrupção, contra gastos públicos e impostos, etc. (Brasilino, *et all*, 2013).

Ainda, conforme o professor de Gestão em Políticas Públicas da USP, Pablo Ortellado, o qual acompanhou, desde o início, as movimentações das Jornadas de Junho e realizou um amplo estudo acerca destas, até mesmo o perfil dos manifestantes mudou após a virada de posicionamento da mídia. Segundo ele, o que antes era um movimento contra o aumento das passagens de transporte público, feito por um público mais jovem e de classes sociais diversas, passou a ser composto por uma “classe média alta despolitizada”, a qual trouxe outros focos para as manifestações. Ressalta-se que, a essa altura, as redes sociais já estavam sendo cada vez mais utilizadas como meios de a população demonstrar sua insatisfação e irrisignação com o desempenho do governo.

Avançando para as eleições de 2014, após um final de mandato turbulento, Dilma consegue se reeleger, mesmo com a mídia novamente estando favorável ao candidato do PSDB, Aécio Neves. Mais uma vez, o período de eleição foi marcado com a ampla midiáticação de escândalos políticos, e Feres Júnior e Gagliardi (2019) demonstram a enorme discrepância do tratamento midiático destinado aos dois partidos, uma vez que foram feitas 688 matérias sobre escândalos petistas, contra 229 feitas sobre o PSDB. Os autores definem ainda que, uma edição da revista *Veja*, que tinha como capa os rostos de Lula e Dilma e dizia que eles sabiam tudo acerca dos esquemas de corrupção da Petrobrás, foi uma das maiores tentativas de manipulação midiática desde o fatídico debate de 1989.

Para além das eleições, observa-se também a influência da indústria midiática na propagação de grandes escândalos de corrupção, como ocorreu com a Operação Lava Jato, em que a mídia deu grande foco à atuação do Poder Judiciário e suas instâncias. Essa operação foi realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, no intuito de investigar, dentre outras questões, crimes de corrupção passiva e ativa e financiamento ilegal de partidos políticos. Em março de 2014 se iniciou a cobertura da imprensa acerca das investigações, até se tornar uma verdadeira celeuma midiática, com mais de 30 mil menções até o ano de 2016.

Pode-se dizer que a Operação Lava Jato deu continuidade ao que se iniciou com o escândalo do Mensalão e desempenhou um papel fundamental, apesar de completamente

Artes, Direitos e Cidades

deturpado através do *lawfare*⁴ na chamada “luta anticorrupção”. Novamente, direitos fundamentais foram desrespeitados, regras processuais foram descumpridas, no intuito de culpabilizar e condenar, sem obedecer ao devido processo legal, determinadas pessoas aliadas a um partido específico, a fim de expurgar da política brasileira, os supostos responsáveis pela corrupção.

Para além disso, foi a partir deste contexto de escândalos de corrupção, queda nos níveis dos indicadores da economia e com a grande demonstração da insatisfação popular com o governo, que se deu o início das articulações de um dos maiores ataques à democracia brasileira desde a ditadura, o golpe de 2016. Com a vitória de Dilma nas eleições de 2014 - ainda que o cenário político-midiático fosse favorável ao seu adversário -, a direita se viu derrotada mais uma vez e desacreditada nas urnas; no dia posterior às eleições, as primeiras movimentações para a deposição da presidente começaram a surgir. A partir de então,

Rompeu-se o consenso procedimental, aquele que diz que não há alternativa a não ser jogar o jogo democrático – e se os resultados são frustrantes, o jeito é envidar esforços para melhorar a própria posição na próxima rodada, e não encontrar alguma maneira de virar a mesa. Esse consenso, que parecia ser uma grande conquista do regime que emergiu das ruínas da ditadura militar, mostrou-se frágil diante do novo revés tucano. (Miguel, 2019, p. 160)

Dessa forma, sob acusações de desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade fiscal, bem como de envolvimento nos atos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato, até setembro de 2015, já havia contra Dilma 37 pedidos de *impeachment*. Em 31 de agosto de 2016, Dilma foi oficialmente afastada da presidência, após as votações do senado, as quais culminaram na sua destituição do cargo de presidente, no entanto, mantiveram seu direito de exercer cargos políticos nos primeiros oito anos posteriores.

Após ser declarado o impedimento de Dilma, o até então, vice-presidente, Michel Temer assumiu a presidência do país, e o seu governo, o qual durou pouco mais de dois anos, foi marcado por diversas alterações nas legislações trabalhistas e previdenciárias que representaram uma extrema supressão dos direitos da classe trabalhadora. E então, seis anos depois, no ano de 2022, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, admitiu

⁴ Conjunção da palavra *law* (lei) com *warfare* (guerra). Tradução literal: guerra jurídica. Conforme Ignácio (2020), é o “uso ou manipulação das leis como um instrumento de combate a um oponente, desrespeitando os procedimentos legais e os direitos do indivíduo que se pretende eliminar.

Artes, Direitos e Cidades

que a ex presidente foi vítima de um golpe e afirmou o seguinte: “A justificativa formal foram as denominadas 'pedaladas fiscais' - violação de normas orçamentárias -, embora o motivo real tenha sido a perda de sustentação política”.

Sob este espectro, acerca da influência midiática no golpe, Miguel (2019) alega: “Tentativas de deposição de governos são intervenções episódicas. Antes de chegar a elas, a mídia usa seu poder de influência para manter o jogo político dentro de determinados limites, reduzindo as alternativas factíveis para os representantes, e intervém nos processos eleitorais.” Segundo o autor, a mídia tem diversos níveis de atuação, que vão desde as mais sutis, às mais evidentes, como pode-se perceber no caso da capa da revista *Veja*, a qual apontou que Dilma estava envolvida no esquema de corrupção da Petrobrás. Para ele, tudo isso depende do “quanto as empresas de comunicação se sentem constrangidas a respeitar as regras do jogo democrático formal.”

Não obstante, conforme foi explicitado anteriormente, na visão de Perelman, o orador, ao proferir um discurso com o intuito de persuadir, deve estar atento ao auditório, de modo a conhecer profundamente as características do seu público, a fim de conseguir a sua adesão. Ao longo do período de redemocratização, até se chegar às eleições presidenciais de 2022, pode-se perceber vários momentos em que a mídia como um todo, se aproveitou de uma população evidentemente descontente e irresignada com a atuação de determinados governantes, para definir os rumos da política nacional. Dessa forma,

Alimentados inclusive por uma narrativa de “criminalização da política”, esses discursos acabaram por desautorizar as instituições vigentes e a legitimidade da própria democracia em curso, fazendo com que o jornalismo profissional reivindicasse para si um papel de “porta-voz da opinião pública esclarecida”, assumindo certa responsabilidade para influir nos rumos da nação e até mesmo “corrigir o resultado das más decisões populares”. (Dias, 2019, p. 489).

Por conseguinte, é em um cenário pós-golpe, de grande revolta e descontentamento político por parte da população, que surge a figura de Jair Messias Bolsonaro, a nova liderança da extrema direita brasileira; aquele que, sob o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, prometia ser a solução para os problemas que o país enfrentava, sobretudo a crise político-econômica. Com discursos pautados em ideologias conservadoras extremistas, com grande apelo religioso e um evidente autoritarismo, Bolsonaro se colocou como um verdadeiro

Artes, Direitos e Cidades

Messias, o exemplo da moral e dos bons costumes, como o herói que salvaria o Brasil do petismo e da corrupção.

Esse discurso anticorrupção foi eficaz em atingir uma parcela específica da população e fomentou a ideia de que a política brasileira necessitava de uma “purificação”. Nessa seara, a artimanha utilizada pela extrema direita, ao lançar a candidatura de Jair Bolsonaro - até então, pertencente ao Partido Liberal (PL) - para as eleições de 2018, foi se aproveitar de todo o discurso manipulativo e enviesado construído pela mídia e sedimentado na sociedade brasileira diante do contexto histórico analisado. Dessa forma, Bolsonaro foi lançado como um verdadeiro porta-voz, a figura de um representante antipetista e o condutor de um discurso extremista anteriormente criado pela mídia e alimentado por ela ao longo dos anos.

Ademais, a estratégia de campanha foi basicamente a utilização das redes sociais para a propagação de um discurso conservador inflamado e para a desenfreada disseminação das chamadas *fake news*. Seguindo tal linha, o instituto Ipsos - empresa multinacional especialista em pesquisa de mercado e opinião pública -, realizou, entre os meses de junho e julho de 2018, uma pesquisa em que 62% dos entrevistados disseram ter tomado alguma notícia falsa como verdade. E é nessa conjuntura, com o ex-presidente Lula impedido de se candidatar, e com frequentes ataques e mentiras acerca do PT e do candidato Fernando Haddad sendo amplamente difundidas, que o partido perde sua primeira eleição em quase 20 anos, e Bolsonaro é eleito.

Já nas eleições de 2022, de um lado, tem-se a esquerda, a qual tenta se restabelecer no cenário político, ao passo que busca lutar contra um autoritarismo conservador e a deturpação da democracia sustentada nos 4 anos anteriores; de outro, a extrema direita tentando se reeleger, após um governo marcado por uma política voltada para supressão de direitos, frequentes ataques às instituições democráticas, além de uma péssima atuação frente ao cenário pandêmico da Covid-19. E o cenário se repete, com a propagação de *fake news* novamente sendo utilizada como estratégia de campanha.

Nesse sentido, o Senado Federal realizou o Panorama Político 2023, uma pesquisa voltada para analisar a opinião pública acerca da democracia, da sociedade e investigar as prioridades do cidadão no cenário pós-eleições. O estudo constatou que pelo menos 76% da população brasileira foi exposta a notícias possivelmente falsas sobre política. Percebe-se que grande parte dessas *fake news* foram destinadas a atacar o sistema eleitoral brasileiro,

Artes, Direitos e Cidades

descredibilizar o voto por meio das urnas eletrônicas e espalhar mentiras acerca do mecanismo de funcionamento destas. Por fim, apesar das tentativas, a direita se vê novamente frustrada, haja vista que a frente democrática vence as eleições e Lula é, pela terceira vez, eleito para a presidência do país.

Sob este espectro, entende-se que as mídias sociais não podem ser consideradas como as únicas responsáveis pela polarização política, embora, certamente, sejam veículos bastante eficazes em dar maior amplitude a este fenômeno, pois permitem uma ampla disseminação de conteúdos que o fomentam. É evidente que as mídias tradicionais são um fator preponderante no comportamento reacionário da população, e contribuíram fortemente para a construção do atual cenário político, ao passo que

Utilizando-se de inflamados editoriais, amplas coberturas sobre protestos e manifestações, anúncios de entidades representativas e constantes matérias sobre casos de corrupção generalizada no país, suas narrativas tiveram papel incisivo para potencializar um clima de instabilidade e desordem político-social [...]. (Dias, 2019, p. 488)

Portanto, procedeu-se uma análise de todo o período de redemocratização do país, até os dias atuais, em que essa tão jovem democracia se vê novamente ameaçada por uma onda crescente de ideais conservadoristas extremos. O que se percebe, ao retomar a teoria de Perelman, é que a indústria midiática assumiu o papel de orador e se utilizou de um discurso que foi fundamental na construção do cenário polarizado em que o Brasil se encontra atualmente, tanto por meio das mídias tradicionais, quanto por meio das mídias sociais. Estas últimas tiveram um papel crucial para inflamar um discurso que começou a ser estruturado por aquelas, desde as primeiras eleições pós ditadura militar.

5. CONCLUSÃO

Ao fim e ao cabo, entende-se que é evidente a forma como a grande indústria midiática brasileira ataca os grupos da sociedade brasileira e se aproveitam do alcance que possuem, criando uma plataforma de divulgação que busca monopolizar a verdade e moldar a percepção pública em linha com seus interesses. Com discursos cada vez mais reacionários, esses personagens midiáticos-políticos têm consolidado sua influência, exercendo considerável poder

Artes, Direitos e Cidades

sobre a política do Brasil, frequentemente em detrimento do Estado Democrático de Direito. É notável que a falta de consequências para líderes midiático-políticos que exploram sua visibilidade para obter influência e poder sobre as instituições brasileiras é uma questão que requer atenção. Compreender os problemas e motivações desse movimento, que muitas vezes disfarça o discurso de ódio como apolítico, é fundamental para compreender os danos a longo prazo causados à sociedade brasileira.

Com a propagação de tais discursos, cria-se um ambiente hostil, que facilita a disseminação de ofensas à ordem democrática brasileira para aqueles que seguem os preceitos dessas figuras, afetando assim negativamente uma parcela significativa da população que não compartilha desses ideais. Conforme demonstra a obra cinematográfica analisada no presente artigo - *Rede de Intrigas* (1976) -, a indústria midiática, através da veiculação de informações sensacionalistas, é capaz de possuir um enorme poder discursivo sobre uma população insatisfeita e irredimida com realidade vivenciada pelo país; a narrativa permite que seja traçado um paralelo com a atuação midiática ao longo da história política brasileira, a fim de compreender os níveis de influência das mídias como um todo na crise político-democrática que acomete o país.

Nesse sentido, é clarividente que as mídias sociais não são as únicas responsáveis pela polarização política, embora desempenhem um papel significativo na amplificação desse fenômeno. As mídias tradicionais exercem sua influência considerável, muitas vezes promovendo discursos reacionários e explorando sua visibilidade para moldar a percepção pública de acordo com seus interesses. Além disso, a falta de discussões sobre os limites da liberdade de imprensa contribui para a perpetuação da influência negativa das figuras midiáticas no Brasil, ao passo em que estas são capazes de moldar a política do país, através de discursos manipulativos disfarçados pela ideia de neutralidade.

6. REFERÊNCIAS

ACADEMIA INTERNACIONAL DE CINEMA. História do cinema: confira este guia e se destaque! Disponível em: <<https://www.aicinema.com.br/historia-do-cinema-confira-este-guia-e-se-destaque/>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALBUQUERQUE, Afonso. *Um outro 'quarto poder'*: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, nº 4, p. 23-57, 2000.

Artes, Direitos e Cidades

ANTUNES, Luísa. O impacto das mídias no cenário eleitoral brasileiro. Disponível em: <<https://observatoriodoconhecimento.org.br/o-impacto-das-midias-no-cenario-eleitoral-brasileiro-por-luisa-antunes/>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BARROSO, Roberto Luís. Populismo, autoritarismo e resistência: cortes constitucionais no jogo do poder (2). Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-ago-04/luis-roberto-barroso-populismo-autoritarismo-resistencia/>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASILINO, Luis; GODOY, Renato; NAVARRO, Cristiano. O junho de 2013. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-junho-de-2013/>>. Acesso em 10 mar. 2024.

CAMPOS, L. Crítica | Rede de Intrigas (1976). Disponível em: <<https://www.planocritico.com/critica-rede-de-intrigas-1976/>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DIAS, André Bonsanto. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. *Opinião Pública*. Campinas, v. 25, n. 3, p. 472-494, 2019.

GABRIELLI, José Sérgio; JÚNIOR, Antônio Alonso; JÚNIOR, Fábio Augusto (orgs.). *Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 224p.

GALLEGO, Esther Solano (org.). *Brasil em Colapso*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. 192p.

IGNACIO, Julia. Lawfare: o que esse termo significa? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lawfare/>>. Acesso em 25 mar. 2024.

LIMA, Marcos Aurélio de. *A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia*. Natal: IFRN, 2011, 140 p.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo. Expressão Popular, 2019. 222p.

NAVARRO, Luíze Stoeterau. A Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman. In: XXII Congresso Nacional do CONPEDI, São Paulo, 2013. *Filosofia do Direito II*, Florianópolis: FUNJAB, 2013. p. 42-59.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'Argumentation*. Paris: PUF, 1958.

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*, 3e éd., Bruxelles, Ed. de l'université de Bruxelles, 1976. 752p.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 274p.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação - A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 680p.

Artes, Direitos e Cidades

TIRANDO o Mofo: Rede de Intrigas, o primeiro filme que você precisa ver em 2019. ADOROCINEMA, [S. l.], p. 6, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-145315/>. Acesso em: 10 mar. 2024.